



La construcción de la central hidroeléctrica de Itaipú fue parte de un proyecto de modernización conservador llevado a cabo por la dictadura brasileña, que resultó en un desplazamiento doble: miles de personas fueron trasladadas desde distintas regiones del país y del extranjero para la construcción del proyecto, en tanto que miles de indígenas y de trabajadores rurales fueron desplazados a otras partes de Brasil como consecuencias de las miles de hectáreas inundadas. “Inseguridad en las alturas: obreros trabajando sin protección ni equipamientos adecuado”. Fuente: Informativo UNICON, Año III - N° 44 - 15 de marzo de 1980. 3.

La imagen intervenida fue diseñada en el marco del trabajo colaborativo que se llevó a cabo para el diseño y realización de la exposición “La Violencia Económico-Militar en el Espacio” en la UACh por la Red Procesos represivos, empresas, trabajadores/as y sindicatos en América Latina, la Plataforma La Violencia en el Espacio y la Universidad Austral de Chile en diciembre de 2024, curada por Federico Geller, Guadalupe Marín Burgin y Carlos Salamanca. Diseño gráfico: Guadalupe Marín Burgin, 2024-2025.

Deslocamentos e violações a partir de Itaipu: fome, frio, adoecimento e metas batidas

Displacements and violations from Itaipu: hunger, cold, illness and targets achieved

CARLA LUCIANA SILVA¹
JUSSARAMAR DA SILVA²

Resumo

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu fez parte de um projeto de modernização conservadora levado adiante pela ditadura brasileira. Na versão oficial apenas a construção de um “Brasil grande” era ressaltada, inclusive buscava convencer os envolvidos de que faziam parte de um projeto “para todos”. Nossa objetivo é mostrar os impactos sociais, tanto na região atingida, que teve um deslocamento de milhares de pessoas para a construção da obra, como para fora, com o deslocamento de outras milhares de pessoas expulsas de suas terras e casas. Foi, portanto, um duplo movimento histórico, embora não costume ser problematizado de tal forma. Trabalhadores de todo o país e de alguns lugares do mundo se deslocaram, inflando a cidade de Foz do Iguaçu e Puerto Stroessner (Ciudad del Este), e trabalhadores rurais e indígenas foram deslocados para diversos outros lugares do país, em processos que geraram imensos conflitos e disputas de interesses. Do ponto de vista interno, dentro do canteiro de obras um mundo à parte se construiu. Pessoas deslocadas de vários pontos do país, e além fronteira, eram submetidas a um espaço violento por natureza, na medida em que se tratava de transformar a natureza, desviar um poderoso rio, construir uma barragem de 250 metros de altura, parte disso subterrânea, num processo contínuo, batendo metas, sendo estimulados a ser “exemplares” e vigiados como se vivessem dentro de uma prisão, sendo uma espécie de “instituição total”, nas palavras do historiador Valdir Sessi (2015). E do outro lado, como parte do projeto da Ditadura brasileira, a expansão para territórios longínquos propunham um novo momento colonizador, estendendo seus braços até a Amazônia brasileira. O foco da análise é o processo histórico envolvido nesse duplo momento.

Palavras chave: deslocamentos, Itaipu Binacional, expropriações, controle de classe.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, PPGH, Fundação Araucária. carlalus@uol.com.br <https://orcid.org/0000-0001-6838-0394>

² Centro de Estudos de História da América Latina e Caribe – PUC/SP. jussaramar@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-5575-3208>

Abstract

Itaipu Hydroelectric Dam's construction was part of a conservative modernization took by brazilian business-military dictatorship. The official version, only underlined the construction of a "big Brazil", even seeking to convince the involved ones they were part of a project "for everybody". Our goal is to show the social impacts on affected regions, that have displacement thousands of people to the dam construction, and on the other hand, have expelled other thousands from their lands and houses. It was, therefore, a double historical movement, although it is not used to be problematize this form. Workers from all the country and others parts of the world moved to Foz do Iguaçu city and Puerto Stroessner city (Ciudad del Este) inflating them, and rural's workers and indigenous people was displaced for several others locals in the country, in process that generated big conflicts and disputes of interests. From an internal point of view, inside of the construction site an apart world was built. Displaced's people from divers point of the country, and beyond borders, were submitted to a naturally violent space, as a matter of transforming the nature, diverting a powerful river, constructing to barrage at 250 meters height, part of that subterranean, in the continuous process, hitting the goals, being stimulated to be "exemplar" and watched as if they were living in a prison, in a kind of "total institution", quoting the historian Valdir Sessi (2015). Even stands out that, as part of a business-military's project, the expansion for distant territories proposed a new colonization moment, extending their branches until brazilian's Amazon. The focus of this analysis is the historical process involving that double moment.

Key words: displacement, Itaipu Binacional, expropriation, class control.

1. Introdução

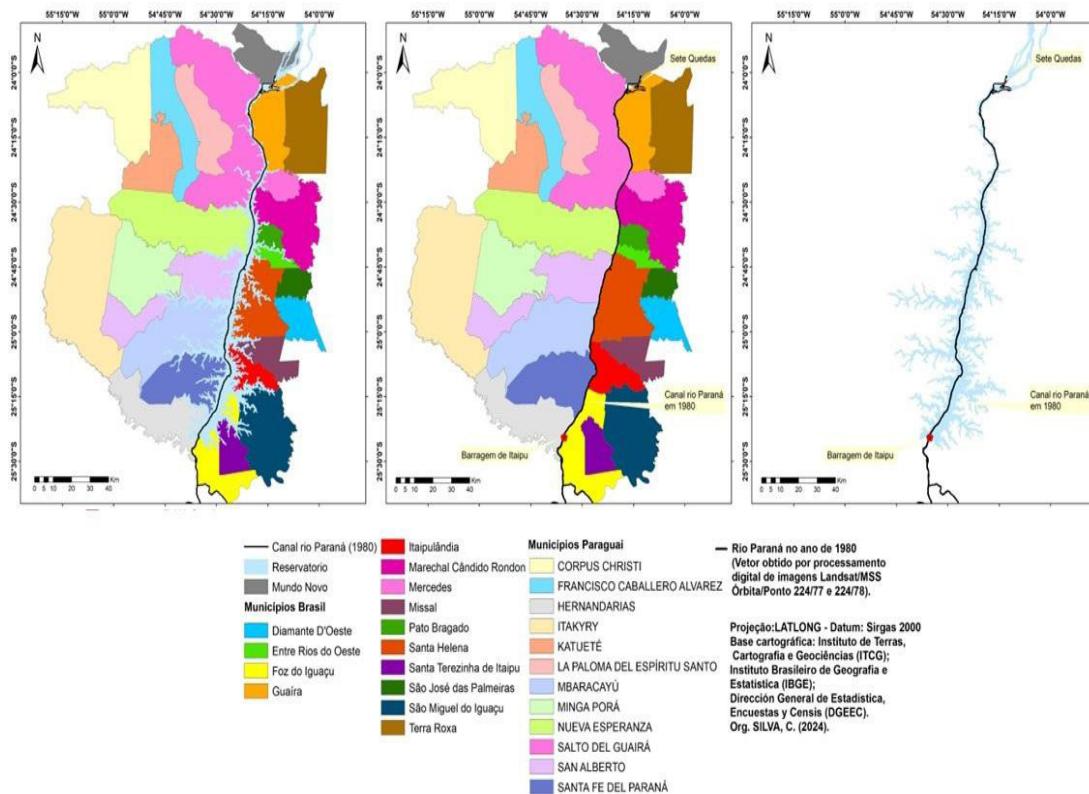
O objetivo deste artigo é historicizar os processos de deslocamentos ocorridos no contexto da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. O foco é a movimentação de pessoas em dois sentidos: os que são retirados à força para que a represa forme seu reservatório, gerando o consequente alagamento; os que migram de distintos locais do Brasil e da América do Sul para trabalhar na construção da Usina. Lançamos um olhar que busca perceber as histórias envolvidas nesse movimento. Mais que o território, nos preocupa as relações sociais nele inseridas. As distintas formas de expansão da violência, características da expropriação primitiva do capital, são o foco de nossa análise.

Nossa análise partiu da necessidade de entender as transformações sociais e espaciais na região afetada diretamente na construção de Itaipu. Ao longo de nossas pesquisas, analisamos a documentação e percebemos que em seu interior, constavam dados que iam além dos processos repressivos diretos produzidos por Itaipu, por seus deslocamentos forçados ou "voluntários", mas que a geografia do lugar havia se modificado para além da construção do reservatório: tratava-se de grupos humanos deslocados que deveriam, a partir de tais imposições promovidas por Itaipu, se adaptarem a novos territórios.

Provocações ocorridas a partir de conversas com pesquisadores que analisam territórios modificados pelas intervenções empresariais ou ditatoriais nos fizeram pensar o problema da construção de Itaipu percebendo novos elementos relacionados aos deslocamentos que iam além do que a documentação em si apresentava, como nomes de cidades ou estados dos quais haviam se deslocados pessoas para irem em direção às obras de Itaipu ou deslocados por terras tomadas de camponeses ou indígenas.

Nosso artigo não se coloca nos liames de um estudo geográfico profundo, mas pretende especialmente entender o que os dados de deslocamento produziram na vida de milhares de pessoas e quais os impactos promovidos por Itaipu ao longo de sua construção.

O processo de construção da hidrelétrica levou à alteração de uma longa faixa territorial de fronteira entre Brasil e Paraguai, deslocando milhares de famílias, destruindo propriedades, locais de moradia e sociabilidade. Os mapas a seguir realizam um exercício de síntese de dados. Neles, buscamos mostrar quais os locais foram atingidos, tanto no Brasil como no Paraguai com o represamento ocorrido a partir de Foz do Iguaçu /Hernandárias, respectivamente. Embora de caráter ilustrativos, buscam visualizar a dimensão de que o território atingido atendia a divisões políticas complexas, próprias das ditaduras que ambos os países viviam naquele momento. São diversos pequenos municípios que constituíam a região de fronteira, e que no Brasil -nossa foco central- eram consideradas Área de Segurança Nacional desde 1968. Ou seja, não tinham direito de eleger os seus prefeitos. As relações políticas reproduziam a tese da harmonia social, em um espaço majoritariamente apoiador da ARENA, a Aliança Renovadora Nacional, que era o partido oficialista da Ditadura e que detinha os cargos dos prefeitos nomeados pelo governo central.

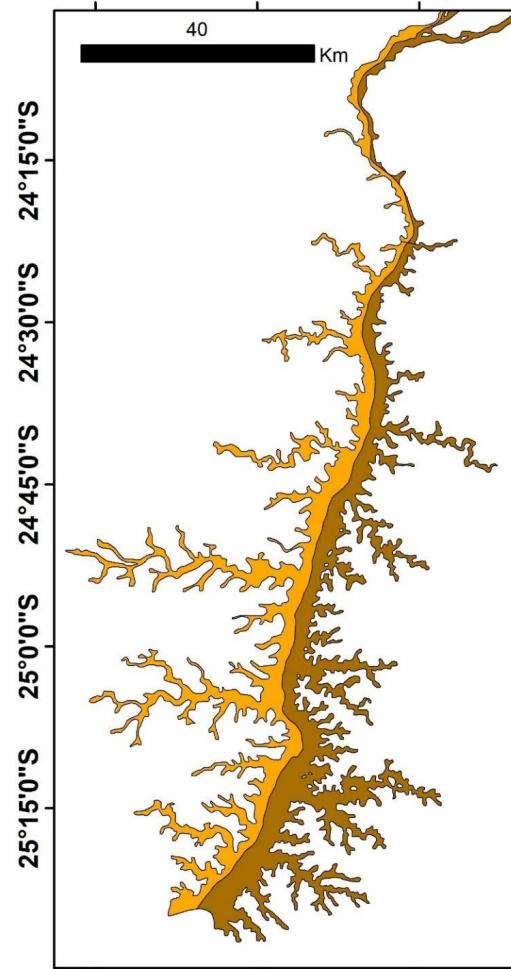
Mapas 1, 2, 3: Silva, C., L., 2024.³

O mapa 1 mostra a área atingida pelo reservatório. A linha escura central é o leito do rio Paraná original. O formato centopélico da água que se sobressai é o lago formado pelo reservatório, e que oculta as terras que seriam alagadas. Para ter uma dimensão, produzimos o mapa central, do mesmo local, o leito do rio, mas sem o lago sobreposto. E à direita, o mapa apenas da água que transborda, que nos permite visualizar a terra inundada, mostrando como o reservatório “picoteia” as propriedades, que podem ter sido atingidas apenas parcialmente mas perdendo partes produtivas, ou a casa, ou reserva, tudo muito variável a cada caso. Buscamos com isso dimensionar o impacto na paisagem para podermos visualizar já de início, as formas da expansão da água, ou de como a “água cresce”, no dizer popular da época. Isso nos permite ver como nas propriedades produtivas que seriam atingidas e o problema se tornaria complexo de resolução. Porém, por outro lado, o que queremos enfatizar é que na visão proposta por Itaipu, o “lago” é sinônimo de progresso, harmonia e integração.

³ Legenda: ME-margem esquerda: corresponde ao Paraguai; MD-margem direita: corresponde ao Brasil.

Mapa 4: Área alagada, SILVA, C.

V 54°45'0" W 54°30'0" W 54°15'0" W



— Rio Paraná no ano de 1980
(Vetor obtido por processamento
digital de imagens Landsat/MSS
Órbita/Ponto 224/77 e 224/78).

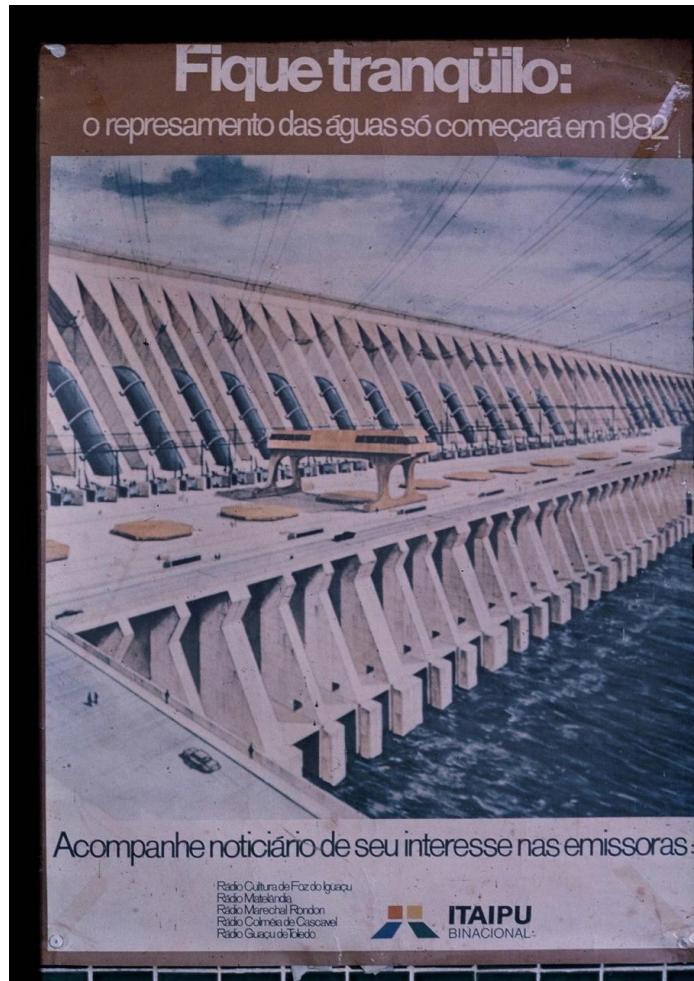
- Área alagada da margem brasileira
- Área alagada da margem paraguaia

Buscamos com o mapa, enfatizar as “terras perdidas”, invertendo a lógica do lago de Itaipu”. Esse território “sumiria do mapa” para dar lugar ao “lago”, ficando totalmente submerso. O destino das pessoas deslocadas é o foco do problema nessa primeira parte do artigo.

O processo foi imposto, e as resistências foram produto da sua forma draconiana. As expropriações e o pagamento de indenizações eram diretamente administrados pelo setor jurídico de Itaipu Binacional, representado na figura do diretor jurídico adjunto. Sobre as negociações, a empresa indicava, em circular interna, o sigilo, e que as informações não fossem repassadas aos expropriados, até que estivessem sob o controle dos escritórios locais e regionais (Circular da Diretoria Jurídica. Instrução ao setor de Desapropriação; AJ/0003/79). Isso gerava muitas incertezas e dúvidas, dificultando a capacidade de planejamento das famílias. Denota-se a intenção de realizar negociações individuais, de modo a impedir as ações e direitos coletivos. Este tema já foi abordado por militantes, intelectuais e ativistas, que constituem uma bibliografia seminal para a temática, como Mazzarollo (2003) e Germani (2003). Novos estudos seguem essas contribuições e avançam, na medida em que conseguem trazer elementos da permanência histórica do problema, como Blanc (2021) e Silva (2025). Nessa última obra são citados diversos trabalhos acadêmicos que se debruçaram nas últimas décadas a retomar essa temática, sendo o aspecto da memória um eixo central dos mesmos. Ao cruzar os estudos percebemos a necessidade de retomar a questão dos deslocamentos da população à mercê do projeto da ditadura.

Muitas famílias queriam permanecer no Paraná, seja por já terem parentes e amigos no Estado, mas em grande medida porque não tinham recursos financeiros para se deslocarem e começar uma nova vida em outro estado. Em grande medida, tratava-se de pessoas que já haviam sofrido deslocamentos prévios. Justamente nesse âmbito atuaram diversas empresas, com o beneplácito de Itaipu e do Incra. Empresas privadas organizaram excursões para os estados do Mato Grosso, Bahia, Rondônia e Acre. Em muitos casos a estrutura encontrada nos novos locais não só não correspondia à propaganda, como levou a imensas dificuldades para muitas famílias, que foram mais uma vez expropriadas nos locais aos quais foram destinadas. Itaipu lidava com a ilusão do desconhecido para convencer pessoas a se deslocarem.

Imagen 1:



Fonte: Peça publicitária da Itaipu. Fecha? Acervo CEPEDAL.

Para termos uma dimensão da população expropriada, citamos os dados recolhidos pela geógrafa Guiomar Germani (2003). Antes da instalação da Itaipu, havia cerca de 6.263 propriedades rurais com tamanho médio de 15 hectares e com mão de obra essencialmente familiar. Além da área rural, havia vilas, distritos, como Itacorá, Alvorada do Iguaçu e Porto Mendes, cuja população também precisou se realocar ou modificar seus modos de vida. Estima-se que a população expulsa seja de 42.444 pessoas, sendo que 38.445 viviam na área rural. Os municípios atingidos foram Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Terra Roxa, além, é claro, de Foz do Iguaçu (Germani 2003: 54). O processo de desapropriação acabou privilegiando os proprietários, as

pessoas que conseguiam contratar advogados e que se articularam para resolver com mais brevidade. Em seguida, através da ação do Movimento Justiça e Terra, um movimento social que reuniu várias organizações, impulsionou, por meio de lutas, os processos indenizatórios. Por fim ficaram os mais pobres, não proprietários, posseiros e outros.

Segundo documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1983, “cerca de 8.500 propriedades foram indenizadas”. E indica que “816 famílias que habitavam aquela área eram posseiros, meeiros e arrendatários, muitos dos quais viviam de subemprego e da pesca, nada possuindo de bens. Poucos eram pequenos proprietários”. Também informa que das 816 famílias, “72 foram para a Bahia, 191 para o Acre, 19 para São Miguel do Iguaçu (eram indígenas) e 40 foram para terras particulares no Paraná” (Info 73 de 16/6/1983). Seriam então 322 famílias alojadas. Restariam 494 famílias nessas condições de extremas dificuldades, que viriam a constituir o “projeto Poty”. A empresa oficial contratada para levantar as terras atingidas havia indicado a existência de 4.019 imóveis rurais e 335 urbanos (Matrix SA Engenharia. Itaipu Binacional. R1889, 081).

A solução acabaria sendo organizar-se em luta, o que redundaria na criação do MASTRO – Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Oeste do Paraná. O Movimento Justiça e Terra (MJT), organizado e com apoio de grupos atuantes na sociedade, como a Comissão Pastoral da Terra, sindicatos de trabalhadores rurais, FETAEP, Comissão Justiça e Paz, que juntos conseguiram inserir a pauta de melhores preços pelas terras como um problema da Itaipu Binacional. Com isso atentamos para o processo de organização dos setores populares, consolidando um movimento que viria a ser conhecido como “movimento sem terra” no Brasil.

Itaipu já havia tomado uma posição de que o problema não lhe dizia respeito, fugiria de sua alçada, conforme documento do setor jurídico para o Diretor Geral da empresa:

Em atenção ao expediente de agricultores da região do futuro reservatório de Itaipu, encaminhado ao ser Presidente da República, e referente a desapropriação de latifúndios no Paraná para fins de reassentamento, à medida solicitada está fora do alcance e competência de Itaipu, e seria atribuição de órgãos do governo, como o Incra, por exemplo (Memo-I/AJ.COOR/075/80).

Percebe-se que o movimento organizado levou Itaipu a tratar do tema, provavelmente por medo da imagem negativa que traria à obra, o que jamais seria assumido publicamente.

A pauta das expropriações e sobre o preço das terras foi tema de reuniões secretas (internas à empresa). Tampouco depois de instalada a presença do MJT era permitida a presença de pessoas que não fossem expropriadas, e nesse caso devemos ler: Comissão Pastoral da Terra (CPT), deputados, religiosos, que vinham acompanhando a organização através do movimento. A dificuldade de precisar se mobilizar levaria parte dos expropriados a aceitarem as ofertas de locomover-se para fora do Estado, constituindo um movimento no sentido da colonização da Amazônia.

Uma parte mais empobrecida dessa população acabaria sendo transferida para um município paranaense de Arapoti, onde tiveram imensas dificuldades, chegando mesmo a passar fome. A falta

de assistência agrícola seria determinante dessas condições. A promessa de permanecer na terra até o momento da colheita também não seria cumprida, como no caso dos atingidos que terão que deslocar para Arapoti. A temporalidade da terra (colheita) não foi respeitada, embora aparecesse como benesse de Itaipu, que “permitia que colhessem”, seria condição de sobrevivência no caso dos mais pobres.

Os dados indicam que em torno de 350 famílias (ACT/ SNI /17/OCT/1983) se encaminhariam para processos de ocupação em associação com empresas privadas credenciadas pelo INCRA, fora do estado do Paraná, em que os expropriados, após receberem o pagamento por suas terras e/ou benfeitorias, poderiam obter terras por intermédio das chamadas “colonizadoras”. A partir de então, ficariam largados à própria sorte.

Essas empresas imobiliárias adquiriam imenso poder sobre essas famílias, ocupando o vácuo deixado pelo Estado e pela empresa, em nome do projeto de expansão da Amazônia e da construção da “maior hidroelétrica do mundo”. As distâncias que foram percorridas pelas pessoas a partir de Foz do Iguaçu são impositivas: 1739 km até Lucas do Rio Verde (Mato Grosso); 2338 km até Serra do Ramalho (Bahia); 3374 km até Rio Branco, no Acre. Tudo isso feito em caminhões precários, que chegavam muitas vezes muito depois das famílias, que ficavam sujeitas a todo tipo de adoecimento como malária e outras doenças geradas pela falta de saneamento básico. Diversas situações são narradas de desespero ao chegar nos locais de destino e descobrir que deixam terras férteis para receber mata fechada totalmente inepta para agricultura. Acompanhando a expansão para o norte, era como se a ditadura empresarial-militar “limpasse o terreno” para que a Itaipu fosse erguida, levando para longe a mão de obra agrícola que não serviria para construção da obra e resolvendo o incômodo das indenizações e desapropriações.

Do ponto de vista mais estrutural, podemos indicar que esse processo configurava o que Vainer chamou de “zonas de enclave”, em que

grandes projetos mineiro-metalúrgicos, petroquímicos, energéticos e viários reconfiguraram o território nacional”, com apoio de agências de planejamento do desenvolvimento regional. Ele destaca que “não eram os planejadores regionais que desenhavam a região, mas os planejadores e tomadores de decisão em cada um dos macro setores de infraestrutura: no setor elétrico, a Eletrobrás e suas coligadas (CHESF, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Light), bem como algumas grandes empresas estaduais (Eletropaulo, Copel)” (Vainer 2007: 11).

É importante destacar que a Copel era e é a Companhia Paranaense de Energia, a responsável direta pelo controle de Itaipu, sendo, portanto, de acordo com o autor e com as referências analisadas em nossas pesquisas, a responsável pela tomada de decisão da formação dos “enclaves”. Assim visualizamos a presença de Itaipu, articulando o Estado e as suas agências no sentido de atender o projeto da ditadura, ao mesmo tempo em que atende ao interesse do capital envolvido. Grupos de Trabalho decisórios internos ao estado no setor energético já existiam desde os anos 1950, atendendo ao programa de Metas e ao Banco Nacional de Desenvolvimento (Correa 2006: 156). Além disso, Silva (2024) informa que a estrutura repressiva de Itaipu foi fundamental para que suas agências repressivas

(AESIs) fizessem parte da estrutura de comando da repressão, integrando o Sistema Nacional de Informações, o SISNI.

As zonas de enclave que promoveram os deslocamentos, como não poderia deixar de ser, também atingiram diretamente a comunidade indígena, sobretudo a população ava guarani residente no local, conforme veremos a seguir.

2. O movimento no centro do caminho do Peabiru

O estudo de Mendes Junior estabelece os padrões para a distinção entre deslocamento e mobilidade da população guarani (2022: 33). Mas o que queremos chamar atenção aqui é para o aspecto da escolha política de Itaipu, de impor a tese do “vazio territorial”, e ao mesmo tempo tentar diminuir a presença indígena que não podia ser negada. O caso dos indígenas é de uma atroz incoerência da empresa, pois ela joga com os povos indígenas guarani, que viviam entre duas fronteiras nacionais, e vai lidar com isso na hora da “contagem das famílias”, indicando que alguns são brasileiros e/ou paraguaios, conforme sua conveniência. Alguns relatos do lado paraguaio são bastante contundentes. No primeiro deles, lemos sobre como deslocamento foi, de fato, forçado e levou a que os indígenas se sentissem enganados:

Por causa de Itaipú hemos perdido completamente todo lo que teníamos. Nos llevaron para dejarnos en Yukyry y nos engañaron cuando nos dijeron que no nos faltaría alimentación, y así de un día para otro nos subieron a camiones y nos dejaron en Yukyry, a donde fuimos forzados, y por eso no estábamos bien, no nos hablamos. ¿y de qué forma uno se puede encontrar bien cuando pasa hambre? (Asociación 2021: 39).

No segundo, mostra que a indenização para eles foi mínima, sendo que o simples uso do dinheiro para comprar roupas e calçados, os recolocava na situação de passar fome:

Los de Itaipú nos dijeron que debíamos abandonar nuestras tierras cuando terminemos de consumir nuestros cultivos (los del año agrícola 1980-81). No sabemos dónde iremos, nos iremos donde nos permitan. La plata que nos dieron no nos alcanza para comprar un lote. Para comenzar tenemos muchos hijos y estamos si n ropa ; por e so gastamos el poco dinero que nos dio Itaipú en ropa y otras cosas pequeñas” (Asociación 2021: 41).

Os relatos seguem, devastadores, lembrando que comiam “gordura podre” para sobreviver, ao contrário das promessas de Itaipu, quando viram que “nem mandioca havia aqui”. Insistem que foram para o local porque “mentiram para eles”, fizeram “promessas que não cumpriram”, dizendo inclusive que pessoas morreram no local.

As comunidades guarani estão nesse espaço desde tempos imemoriais e a divisão política não corresponde às suas ancestralidades. O local acabou sendo um ponto geopolítico importante nos deslocamentos das comunidades originárias em busca da “terra sem mal” (Mendes Junior 2022). Esse processo está documentado pelo menos desde as épocas do Caminho do Peabiru, que consistia num corredor entre o litoral atlântico e Potosi, enfrentando os limites da Cordilheira dos Andes na busca

de prata. Nesse longo caminho, a região da fronteira entre Brasil e Paraguai representava um ponto de descanso, de reanimação de forças e de readaptação climática. Mas, sobretudo, era considerado um lugar sagrado.

Foi nessa região que se estabeleceram missões jesuíticas, dada a importante presença de indígenas que seriam os elementos perfeitos para o projeto da igreja Católica de catequese e manutenção do espaço sob a lógica colonial da época. E nesse âmbito, Brasil e Paraguai são também abraçados por Argentina, como mostram os espaços ocupados pela Companhia de Jesus.

No caso brasileiro, quando chegamos ao início do século XX, os indígenas presentes da região Oeste do Paraná já estão dominados pelos invasores. É nesse sentido que são considerados adaptados, exercendo uma “resistência adaptativa”, os guarani modernos no dizer de Darcy Ribeiro” (Oliveira 2022: 24). Estamos falando de uma presença humana que está documentada até 6.000 AEC.

A partir da criação das colônias militares e da definição do espaço para a produção de erva mate, a forma da dominação branca iria se tornar ainda mais organizada, e os indígenas da região iam sendo empurrados para espaços cada vez menores e servindo ao trabalho forçado por meio das *obrages*. O fato é que, as antes missões guaraníticas de Salto del Guayra passam a ser espaço de disputas políticas até pelo menos 1941, havendo registros de episódios de escravidão, expulsões, ameaças, registradas na Comissão Nacional da Verdade (Brasil 2014). Quando esse território passou economicamente para a produção de madeira, um novo momento da exploração indígena se iniciou. Nos anos 1960 passaram a trabalhar na abertura de estradas e outras obras de infraestrutura para atender ao escoamento da produção, sendo o porto Britânia, localizado na fronteira, um ponto importante. E daí inicia a jogada política de tratar os indígenas guarani como “paraguaios”, numa busca de não haver responsabilidade do Estado, mas também de fazê-los atravessar a fronteira. Um mapeamento produzido pelo general Gaspar Peixoto, entregue em 1967 apontava de modo inescapável a múltipla presença guarani na região. O estudo de Tavares (2020), a partir dos mapas que compõem o “Atlas do desterro” aponta a presença guarani nesse espaço, no “Ocoi” e também o Passo Cuê. A missão do general que produziu o mapeamento de 1966 se dava no mesmo momento histórico da assinatura da Atas das Cataratas. O projeto de Marcondes Ferraz havia sido apresentado em 1962 (Sessi 2023), e, de acordo com o projeto, ele represaria o rio de forma menos violenta, mas não atendia os interesses das grandes multinacionais que comporiam os consórcios da construção de Itaipu. Portanto, não é possível aceitar que o Estado brasileiro não tinha conhecimento da presença indígena nessa região a partir desses estudos anteriores patrocinados pelo próprio Estado.

O mapa produzido no contexto do “mapa do desterro” (2020) mostra a presença guarani nessa fronteira, apontando zonas de aldeamento, queimadas, plantações. Atravessando o Rio Paraná, o Paraguai abrigava outras comunidades guarani.

Mapa 5: Aldeias e roçados Guarani.



Fonte: Atlas do Desterro, 2020: 42.

A legenda original do mapa acima nos ajuda a entender: “Refúgio” – análise de imagem de satélite da região de Oco’y-Jakutinga em 1967. Observa-se a existência de várias clareiras ao longo do rio Paraná. A disposição espacial destas clareiras, distribuídas de maneira orgânica no território, bem como seu tamanho diminuto e sua geometria irregular, indicam que são roçados guarani”. O relatório da antropóloga Maria Lucia Brant Carvalho mostrou a presença de mais de 70 famílias nesse *tekoha*, posto que ali se abrigavam famílias que fugiam de outras áreas. Atente-se que a sua pesquisa inicia-se a partir de um lado antropológico que ela é chamada a produzir quando os indígenas são acusados de roubar terras da reserva ecológica para vender, e ela deslinda toda relação que Itaipu seguiria tendo com os guarani depois de sua realocação, seguiriam sendo molestados (Carvalho 2013).

Esse brevíssimo quadro histórico nos ajuda a contextualizar os fatos marcantes que mudariam totalmente esse território a partir de 1975, quando começaria a construção de Itaipu. Mas, ressalte-se, a Ata das Cataratas já havia sido assinada em 1966, conforme apontamos acima, e, portanto, esse espaço já estava sendo objeto de atento olhar e intervenções do Estado brasileiro para promover as intervenções que viriam a mudar totalmente essa paisagem, levando aos deslocamentos forçados ou “voluntários” de mais de uma centena de milhar de pessoas.

A expropriação capitalista leva ao deslocamento forçado, gerando a migração, e os indígenas guarani mostram uma resistência absolutamente notável e incômoda para o Estado brasileiro e paraguaio. Observe-se aqui que a relação do Estado brasileiro no vizinho Paraguai se dá no âmbito da diplomacia e da criação desse “estado paralelo”, aproveitando-se do fato do caráter jurídico internacional ser reconhecida juridicamente como ambígua (Betiol 2008). Seria, portanto, num espaço de Ditaduras, que essas relações puderam ser estabelecidas. Ainda nos anos 1960 há um episódio de conflito diplomático entre Brasil e Paraguai envolvendo o território de Salto Guayra, conforme aponta o estudo de Sessi (2023). As contradições do Estado são usadas politicamente por Itaipu. Ao mesmo tempo em que alegava a tese do vazio territorial, temos encontrado mapas de distintos órgãos do Estado apontando a presença indígena de tempos anteriores.

O Estado presente no projeto de Itaipu iria “terceirizar” o problema para a Funai, sucessora da Sociedade de Proteção ao Índio (SPI), e para o parceiro INCRA, que teria ainda o imenso desafio de realocar as milhares de famílias desalojadas pelo reservatório que seria criado com o represamento do rio. O SPI já havia ajudado a “limpar a área”. Como indicou Paulo Tavares:

Conforme descreve o general Peixoto Costa, este processo de “retalhamento” do oeste do Paraná deu-se através de invasões e ocupações ilegais, “à revelia do poder público”, e o Estado acabou por atuar apenas como fiador de títulos de terra adquiridas por meio de invasões e grilagens (Tavares 2020: 25).

O autor segue, mostrando um ponto muito relevante para entendermos que a violência contra essa população fez parte de um projeto de longa data:

As invasões de terra ocorreram no oeste do Paraná durante este período engendraram um processo de extrema violência contra as comunidades guarani, forçando-as a abandonarem seus tekohas, que muitas vezes eram deliberadamente destruídos pelos brancos que buscavam tomar posse de duas terras. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ao invés de cumprir seu mandato e proteger as terras indígenas, na verdade atuou para abrir o território guarani para a colonização. Diferente do Mato Grosso do Sul, onde o SPI mantinha vários postos indígenas para concentrar a população guarani, nenhuma reserva foi estabelecida no oeste do Paraná (Tavares 2020: 26).

É exatamente esse ponto que nos chama atenção: a pulverização dos guaranis promovidos pelos agentes do Estado brasileiro. Escolhas que parecem deliberadas e controladas para um largo processo de dizimar uma população é uma forma de usufruir a terra e a natureza sob a lógica do desenvolvimentismo capitalista. Considerando que o SPI (criado em 1908) tinha como uma das funções a “pacificação” e o “ contato”, usando a presença ativa da igreja Católica, nos cabe perguntar porque não foram estabelecidas reservas em uma região que já fora espaço de reduções? Com certeza era uma região bastante conhecida pelo marechal Cândido Rondon, que viria a ser homenageado com o nome de um dos municípios criados nos novos desdobramentos territoriais gerados na “colonização do oeste”.

Ou seja, o *Atlas do desterro*, estudo detalhado da documentação, incluindo-se mapas de satélites e outros, aponta claramente a presença guarani em toda região da “antiga estrada Foz-Guaira”, que foi alagada, mas foi um marco nas memórias e lembranças. A triangulação entre agentes do estado brasileiro passava por Itaipu, Incra e FUNAI. As táticas passaram por: colocá-los em uma ilha (que

viria a ser afundada); mandá-los para Rio das Cobras (junto a outras etnias); finalmente, colocá-los em um espaço que não apenas está junto de zona de proteção ambiental de Itaipu, como ao lado de plantações de latifúndios que usam transgênicos e agrotóxicos.

Houve previamente todo um processo de esvaziamento da Colônia Guarani, que foi deliberadamente sendo ocupada por colonos, que foram tomando as terras indígenas. Muito disso é fruto ainda da desocupação do Parque Nacional do Iguaçu, processo que levou à remoção dos indígenas na região em 1973. Portanto, essas comunidades vão sempre sendo “empurradas”, e seguem resistindo. Oco y Jacutinga é o local da resistência, localizado no município de São Miguel do Iguaçu, para onde sempre voltam, pois, os laços comunitários, as casas de reza, a relação ancestral com o lugar precisa ser levada em conta.

A situação de fome e desespero esteve presente também nas novas vidas dos expropriados não indígenas que foram para o Acre, e pouco sabemos sobre os que conseguiram chegar na Bahia. A situação se complexifica quando observamos o que ocorria com os trabalhadores.

3. Trabalhadores das obras de alvenaria: o território da repressão

Os trabalhadores das obras de alvenaria foram, certamente, o maior contingente de pessoal da Itaipu durante o processo de construção. Foram responsáveis por escavar o canal, realizar as construções, construir de casas para abrigar trabalhadores braçais, organizar a construção para o pessoal técnico e de nível superior da empresa, bem como as próprias “as vilas” onde viveriam. Eles também foram alvo do sistema repressivo dentro e fora do canteiro de obras, sendo controlados no processo de contratação, de produção, durante as refeições, nos seus momentos de lazer, nas suas casas. O controle da força de trabalho se fez de maneira organizada para garantir que a construção se realizasse nos termos do “Brasil Grande”, com o capital associado.

Apontamos aqui que não foram só os trabalhadores não especializados os perseguidos, como os casos que citamos anteriormente, embora o fato de terem recebido formação de ensino médio e superior tenha lhes dado melhores condições de organização social.

A nossa hipótese é que a realidade de trabalhadores não especializados, vindos de regiões distantes, com formas de organização e modo de vida distintos, e sem terem passado por organizações de representação, mesmo que na base das categorias, fez com que não tivessem uma atuação mais organizada inicialmente – algo que vemos apenas depois de 1987, após uma grande greve e formação de seus sindicatos.

A organização de trabalhadores não é algo simples de se fazer no processo de consolidação da consciência – da consciência em si para a consciência para si, segundo Marx (2013:840) – e a precariedade das condições impostas, salários rebaixados, jornadas extensas de trabalho e diversas

formas de violência sofrida, conforme veremos, tenham sido um elemento fundamental para terem demorado a tomar a organização de classe. Por isso, centramos no problema da localização espacial destes trabalhadores (também deslocados), o que nos dá a dimensão de um território militarizado e altamente repressivo.

Há um outro componente, que consideramos também fundamental, e talvez o decisivo que concerne à forma pela qual Itaipu organizava todo o processo de atuação repressiva e controle de classe. Ele se iniciava durante o processo de contratação, com os Pedidos de Busca, passava pelo controle dos feitores da obra, encarregados de controlar o trabalho e uso de equipamentos, pela presença constante dos setores de segurança da Itaipu (Assessorias de Segurança - ASIs) e da Segurança Física da UNICON, o consórcio de construtoras das obras de alvenaria.

Em um levantamento muito parcial sobre este tipo de expediente, temos o seguinte quadro: da lista de 1208 nomes elencados em que constavam os seus dados pessoais e seus estados de origem, e eventualmente antecedentes político-ideológicos criminais, temos 31 de MG, 300 do PR, 32 do RJ, 29 do RS, 24 de SC, 220 de SP. Há outros estados e países listados, e reiteramos que se trata apenas de uma amostragem parcial do quantitativo de pedidos de busca.

O consórcio de empreiteiras construtoras, composto pelas empresas Andrade Gutierrez S/A, Mendes Júnior S/A, Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, CBPO Engenharia Ltda. e Cetenco Engenharia S/A, realizou, entre 1978 e 1988 uma publicação dirigida especialmente aos empregados do consórcio, o Informativo UNICON (IU). Com tiragem inicial de 15 mil exemplares, iniciando como quinzenal, mudou formatos ao longo do tempo, chegando a ter tiragem de 20 mil exemplares e mudando a periodicidade para mensal e depois bimestral. Essa fonte será lida aqui como registro da posição oficial das empresas, dando concretude à forma visível da repressão que abarcava os modos de vida dos trabalhadores.

O levantamento do próprio jornal elucida os deslocamentos e o processo migratório promovido por Itaipu do ponto de vista endógeno.

Imagen 2:

Fonte: Informativo UNICON. Ano IV, nº 67, 18 de mar. de 1981: 4-5.

O texto do jornal destaca a imagem de país relacionada à integração harmônica racial, um aspecto construído, especialmente a partir dos anos de 1930, que teve a ideia de um Brasil integracionista, e por isso, submetendo os povos antes escravizados e posteriormente subjugados.

Esta interessante manifestação étnica pode também ser observada em Itaipu. Ao apresentá-la, tivemos o cuidado de fotografar um representante de cada estado brasileiro com o objetivo de salientar que a grande mobilidade (migração) da população, provocada por Itaipu, trouxe para a região pessoas com as mais distintas características raciais. De fato, há pessoas naturais de todos os estados brasileiros na obra de Itaipu.

Fotografamos também dois empregados naturais do Ceará, cujas características físicas são bastante distintas, evidenciando assim a variedade racial dentro de um mesmo estado (IU. 18 de mar. de 1981: 4).

Não adentraremos aqui nos estereótipos criados para cada um dos trabalhadores, tampouco os cearenses, destacados no excerto, já que este debate cabe uma discussão de fundo ainda mais profunda que os objetivos deste artigo. Mas é necessário destacar, contudo, que a ideia de integração propalada por Itaipu servia aos objetivos de um “Brasil Grande”, bem ao gosto da Ditadura empresarial-militar, e serviu para escamotear os diversos conflitos que apareceram naquele território. Ressalte-se que o mesmo argumento usado para alguns partirem, aqui aparece para alguns virem para a região, e ambos favoreceram as empresas capitalistas, sejam as empreiteiras construtoras ou as colonizadoras, visto na parte anterior deste texto. A partir do restrito acesso a fichas de trabalhadores diretamente na UNICON, localizamos 59 pastas contendo as fichas de trabalhadores do consórcio, contendo seus nomes, filiação, endereço, local de nascimento, nomes de cônjuges e filhos, locais de trabalho anteriores e formação. Também constava em várias fichas a etnia do (a) candidato (a) e local de trabalho. As fotos acompanhavam as fichas, bem como informações sobre acidentes de trabalho.

As fichas possuem uma folha de frente e verso denominada Registro de Empregado, com os dados pessoais e, no verso, atualizações de endereços, contribuição sindical, alteração do cargo, anotação de férias e salário, causas de acidente. Há uma folha de encaminhamento do candidato, constando se eram empregados da UNICON, da Itaipu ou de alguma subempreiteira. Notemos nesse caso, que a UNICON poderia realizar a contratação para Itaipu, indicando uma terceirização nesse processo. Além disso, a indicação do processo de quarteirização do trabalho já aparece, quando as subempreiteiras, submetidas à Unicon, atuavam no interior do canteiro de obras, conforme discutiremos mais adiante.

Imagen 3: fichas de trabalhadores na UNICON

<p>UNICON UNIÃO DE CONSTRUTORES LTDA Sociedade de Capital Social - CONTRIBUTO DE SOCIEDAD DA UNIÃO CNPJ - 0001-000000000000-00 IEPS - 00000000000000000000000000000000</p> <p>REGISTRO DE EMPREGADO</p> <p>266857</p> <p>32632</p> <p>REFÉRENCIA</p> <p>32632 1</p>		<p>CONFIDENCIAL</p> <p>ITAIPI BINACIONAL</p> <p>FICHA INDIVIDUAL</p> <p>PRINCIPAIS</p> <p>(1) NOME [REDACTED]</p> <p>(2) REC. Nº [REDACTED]</p> <p>(3) FILIAÇÃO [REDACTED]</p> <p>(4) CARGO [REDACTED]</p> <p>(5) DATA [REDACTED]</p> <p>(6) CIDADE CUITABA</p> <p>(7) ESTADO MT</p> <p>(8) PAÍS BRASIL</p> <p>(9) ESTADO CIVIL CASADO</p> <p>(10) C.P.F. Nº [REDACTED]</p> <p>DADOS</p> <p>(11) IDENTIF. Nº [REDACTED]</p> <p>(12) TÍTULO ELEITORAL Nº [REDACTED]</p> <p>(13) ZONA [REDACTED] SEÇÃO [REDACTED]</p> <p>(14) ESTADO [REDACTED]</p> <p>(15) DATA [REDACTED]</p> <p>(16) CARTERA PROFISSIONAL Nº [REDACTED]</p> <p>(17) TÍTULO [REDACTED]</p> <p>(18) ESTADO [REDACTED]</p> <p>(19) DATA [REDACTED]</p> <p>(20) CERT. RES. - C.R.M. Nº [REDACTED]</p> <p>SÉRIE [REDACTED]</p> <p>CATEGORIA [REDACTED]</p> <p>REGIME MILITAR [REDACTED]</p> <p>(21) CARTERA DE MOTORISTAS Nº [REDACTED]</p> <p>CATEGORIA [REDACTED]</p> <p>(22) ESTADO [REDACTED]</p> <p>(23) DATA [REDACTED]</p> <p>DADOS COMPLEMENTARES</p> <p>(24) ESTADO (S) ONDE RESIDIU O TRABALHOU (ÉPOCAS APROXIMADAS)</p> <p>(25) TRES ÚLTIMOS EMPREGOS (FIRMAS E ENDEREÇOS)</p> <p>(26) ESCOLARIDADE - CURSO (S) - ESTABELECIMENTO(S)</p> <p>8a série do 1º grau.</p> <p>(27) ATIVIDADES QUE EXERCEU</p> <p>Ajudante de eletricista, eletricista, almoxarife classe A</p> <p>(28) DATA PREVISTA</p> <p>ELÉTRICISTA DE MANUTENÇÃO II</p> <p>(29) NOME (S) CONJUGE OU COMPANHEIRO (S)</p> <p>(30) NOME (S) FILHOS COMPLETO</p> <p>(31) DECLARO SEREM VERDADERAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS</p> <p>06.02.79</p> <p>CONFIDENCIAL</p>	

Fonte:

Acervo recolhido pelas autores e por Valdir Sessi ao longo do projeto do CAAF/UNIFESP
sobre graves violações de direitos durante a ditadura no Brasil: o caso Itaipu

A pasta continha uma série de informações, como a Ficha Individual, de caráter confidencial, com tarjas da Itaipu e era a que gerava os Pedidos de Busca, realizados pelas Assessorias de Segurança da Itaipu, como forma de controle do trabalhador. Era nela que constavam os dados de nome, filiação, data e local de nascimento, estado civil. Em seguida vinham os dados documentais do trabalhador: identidade, título eleitoral, carteira profissional, certificado de reservista e carteira de habilitação. O campo seguinte era dos dados complementares, que continham o (s) estado (s) onde residiu ou trabalhou mais recentemente, os três últimos empregos, escolaridade, atividades que exerceu, a função prevista na obra, nome do cônjuge e endereço atual, com data de admissão e assinatura do trabalhador.

E certamente, só foi possível o levantamento de dados sobre tal número de trabalhadores porque as Assessorias possuíam este elevado número de pessoal, contando inclusive com quartel interno no interior da própria Itaipu. A relação entre o recrutamento das empreiteiras e o setor de segurança da Itaipu eram bastante evidentes, promovendo uma circulação de informações. A imagem abaixo,

constando do Informativo UNICON de 04 de outubro de 1979 nos apresenta o croqui do que posteriormente se tornou o quartel.

Imagen 4: Quartel UNICON



Estágio atual das obras do Quartel.

Fonte: Informativo UNICON, nº 34, 04 out. 1979: 5.

A imagem é ilustrativa do tamanho do espaço. Já na capa, acompanhando o croqui, temos a seguinte informação:

Compreendendo uma área aproximada de 3 mil e775 m², o Quartel de Segurança da Itaipu Binacional deverá estar concluído no próximo dia 22, conforme previsão estabelecida pelo cronograma.

(...)

Por outro lado, o coronel R/1 Sidney Zanon Machado esclareceu que “o novo prédio possibilitará a reunião de todo o efetivo da Segurança Física da Itaipu no Canteiro de Obras o que não ocorrerá até o momento por falta de acomodações adequadas” (Informativo UNICON, nº 34, 04 out. 1979, capa).

Na mesma edição, ainda há o seguinte acréscimo: “O prédio (...) será dividido em cinco blocos distintos: um para administração, dois para alojamentos, um para área de recreação e um para garagem, com estacionamento, lavagem e lubrificação de veículos” (*idem*: 5). O controle realizado pelas forças de segurança, sejam eles públicos, com as Assessorias, sejam privados, pela Segurança Física da UNICON nos demonstra o aspecto fundamental do processo militarizado do canteiro de obras.

O fato de ter sido construído e nomeado como quartel já indica a militarização para controle civil. E todo o processo de pesquisa indica a colaboração entre setores públicos e privados no processo repressivo.

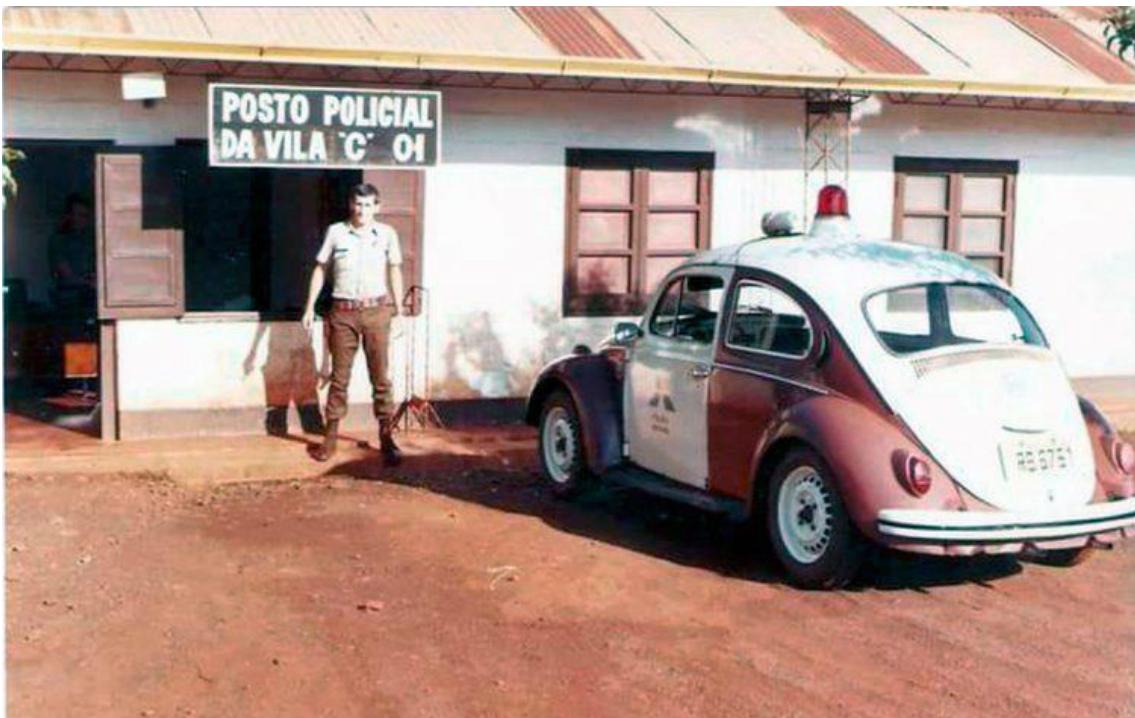
Encontramos também no Informativo UNICON o montante de pessoal que atuou em 1983. De acordo com o periódico,

Contando hoje com um contingente de, aproximadamente, 200 homens, a Coordenação de Segurança Física da Itaipu Binacional vem realizando trabalho eficiente dentro do seu objetivo de garantir a integridade das instalações, do equipamento e do pessoal, dentro do Canteiro de Obras e nos Conjuntos Habitacionais.

Segundo o coronel Sidney Zannon Machado, “os homens da Segurança Física devem emprestar a seu trabalho um caráter de orientação ao operário, protegendo-o e nunca se colocando contra ele, de tal forma que o guardião seja considerado um amigo” (Informativo UNICON, ano V, nº 103, setembro de 1983: 4, aspas do original).

A informação reforça que havia policiamento permanente, seja durante o trabalho, seja fora dele, nas horas de descanso⁴. As imagens indicam o processo de militarização até mesmo nas vilas que serviam de moradia, como vemos nas fotografias a seguir.

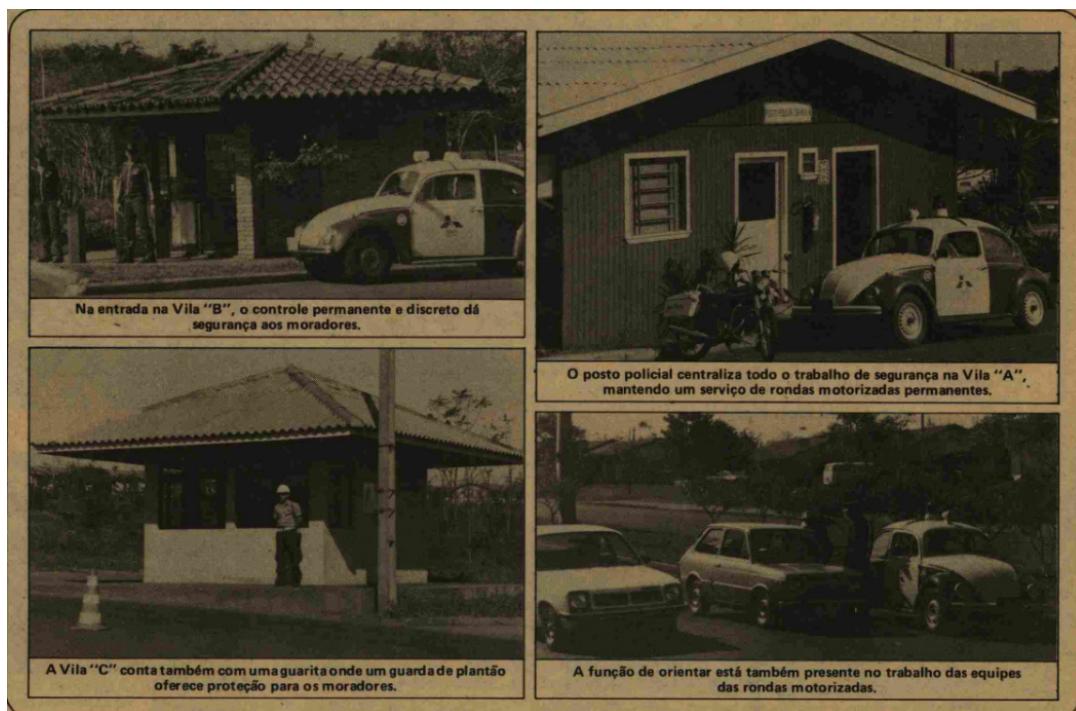
Imagen 5: Posto Policial



Fonte: FEU, 2021, sem data

⁴ Sobre o processo permanente de militarização do espaço, ver Sessi, Valdir. O povo do abismo.

Imagen 6: Posto policial



Fonte: Informativo UNICON, Ano V, Nº 102- julho de 1983: 4.

Os dados sobre segurança ainda demonstram o tamanho e envergadura do processo militarizado também na UNICON. Com o título “Vigilância da UNICON, por Respeito ao Trabalhador” a reportagem do nº 35 de 18 de outubro de 1979 traz detalhes da atuação dos guardas de segurança:

(...) COBERTURA

Atualmente, setenta e oito postos fixos são cobertos pelos vigilantes da UNICON, durante as vinte e quatro horas da jornada. Eles estão distribuídos pelo Canteiro de Obras, Conjuntos Habitacionais, Foz do Iguaçu e Cidade Presidente Stroessner. Nestas duas cidades, montam guarda de repartições, hotéis e residências (5).

Alegando segurança, se estabelece o controle da força de trabalho mesmo fora do canteiro de obras. Um contingente tão grande, realizando guarda rotineiramente, deveria prevenir acidentes de trabalho e situações danosas aos trabalhadores. O que vemos, na prática, é o controle nos moldes do americanismo e fordismo, como indicava Gramsci (2001). O trabalhador deve se comportar de forma condizente com as necessidades do trabalho mesmo fora do espaço do trabalho.

220 A migração exorbitante para composição da força de trabalho demonstra pouco cuidado em relação aos aspectos da saúde do trabalhador.

Tabela 1 – Crescimento populacional na Aglomeração Urbana das Três Fronteiras, entre o início da década de 1970 e 2010

	Início dos anos 1970	Início dos anos 1990	2010
Foz do Iguaçu	33.870	190.123	256.088
Gran Ciudad del Este	59.329	247.897	503.618
Puerto Iguazu	3.001	28.083	82.849
Três Fronteiras	96.200	466.103	842.555

Fonte: Foz do Iguaçu (IBGE, 1970; 1991; 2010); Gran Ciudad del Este (DGEEC, 1972; 1992; 2012); Puerto Iguazú (INDEC, 1970; 1990; 2010).

Fonte: Andrade, A. C. de. 2022. A Cidade Média nas Três Fronteiras - Dinâmicas socioespaciais em Foz do Iguaçu (PR). *Geografia (Londrina)*, 31 (1): 159.

O que buscamos enfocar aqui é que o Informativo Unicon reforçava uma imagem positiva do trabalho, e ao mesmo tempo nos mostra como as condições desse trabalho atentavam contra a segurança dos trabalhadores.

O número 44 do Informativo Unicon de 15 de março de 1980 traz como manchete “Manutenção a 100 metros de altura”. A imagem é autoexplicativa: trabalhadores em altitude extrema, com equipamentos inadequados. É evidente a utilização de cinturões de tipo abdominal, quando deveriam ser cintos de tipo paraquedista, que garantiriam, numa eventual queda, que a medula espinhal não se partisse e promovesse lesões permanentes, ou mesmo que causasse óbitos.

Imagen 7: trabalhadores



Fonte: Informativo UNICON, Ano III - N° 44 - 15 de março de 1980 – capa.

A própria capa do periódico nos dá uma nitidez melhor do cinturão utilizado e de sua pouca segurança.

Imagen 8:



Fonte: Informativo UNICON, Ano III - N° 44 - 15 de março de 1980: 3.

O detalhe da foto a seguir nos dimensiona as condições dos materiais empregados, enquanto a foto a seguir nos dá o panorama a partir do solo.

Imagen 9:



Fonte: Informativo UNICON, Ano III - Nº 44 - 15 de março de 1980: 3.

Ao considerarmos que as jornadas eram de 12 horas diárias (e isso aparece inclusive na ficha do trabalhador destacada acima), e que havia aumento de jornada para garantir o ritmo da produção, vemos que, embora o jornal da UNICON tenha se ocupado permanentemente com campanhas para evitar acidentes de trabalho, colocava a prevenção de acidentes sob responsabilidade dos trabalhadores e seus colegas durante suas jornadas, sem garantir equipamentos adequados de prevenção.

Mas não eram só os problemas de equipamentos as questões relacionadas aos trabalhadores. As condições de vida impostas e o controle dos trabalhadores aparecem também em outras evidências.

É o caso, por exemplo, do assassinato do trabalhador Francisco Nunes Marques. Este episódio também nos aponta o *modus operandi* de Itaipu. Uma matéria jornalística parece ter levado a uma mobilização na informação da empresa (AESIs) e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Com o título “Itaipu, como vivem os operários da represa”, os jornalistas narram, por texto e imagens, colhendo inclusive entrevistas, as condições precárias submetidas os trabalhadores, ao

ponto de ter havido o assassinato de Nunes Marques na fila do refeitório quando tentava conseguir o jantar daquele dia.

Nunes Marques era oriundo do Ceará, segundo atestam os entrevistados na reportagem. E sua morte ocorreu após ter faltado ao trabalho para ir ao médico e querer o direito ao jantar da noite. Ao insistir para receber a marmita, foi espancado e assassinado. A reportagem foi precedida pelo documento produzido pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, e vem encartada a fim de informar os órgãos vinculados. Ambas atestam a violência.

A reportagem reforça a presença migratória no canteiro de obras, ainda durante a construção das moradias para abrigar os trabalhadores: “já houve tiro na perna de gaúcho e mineiro entrando ferido na Delegacia de Polícia de Foz de Iguaçu para reclamar ao delegado Lourival Soares Engels, policial que parece desconhecer a realidade operária no Jardim de Itaipu, 2º distrito da cidade” (Barcelos; Abreu, 05 jun. 1975, grifos nossos). Os apelidos indicativos de naturalidade ajudam a especializar a violência:

Mas os peões do Norte dizem que a verdade da polícia tem mentira dentro. E os mineiros também. Antônio Barbosa Oliveira, da turma dos 15 da cidade mineira de [ilegível], não achou nada “normal” ser espancado como foi pelo guarda Antônio da firma Regional São Paulo S.A, e depois de ser preso, dormir ferido no cimento do xadrez da delegacia, “aquele do delegado cheio das ideias das empresas na cabeça” (Idem).

Outro elemento oriundo do deslocamento aparece. Os nordestinos são habituados ao calor e regiões secas. No sul, as temperaturas são baixas e úmidas, e Foz do Iguaçu em junho de 1979 chegou a 5 graus (Histórico de condições meteorológicas em 1979). Isso levaria a necessidades distintas de abrigo e alimentação, mas não são atendidas, como aponta a matéria

Pneumonia é outra doença que está esmorecendo os operários, especialmente os nordestinos. Falta agasalho nos dormitório e eles, acostumados ao calor do Norte, não está resistindo bem ao clima frio de Foz do Iguaçu. Francisco Eudo Henrique, e uma turma grande de cearenses sentem fortes dores no pulmão. O médico Manuel [ilegível], de Foz do Iguaçu disse a Francisco que ele, na verdade estava sofrendo de frio e fome (ibidem).

Fica evidente a disparidade entre a ufania do Informativo e as condições reais. Aqui aparece mais um sujeito responsável pelas falsas promessas, um elemento que é reconhecido no Brasil como “gato”. O gato é a pessoa que alicia trabalhadores com promessas de melhores condições de vida, e quando são empregados, especialmente em trabalhos menos especializados, são submetidos a condições precárias.

Os operários estão sendo aliciados pelos [trecho ilegível]. Os empreiteiros realizam caravanas pelo interior dos Estados brasileiros, com mais frequência no Nordeste, prometendo altos salários e não realizando nenhuma de várias promessas que fazem. O que sucedeu com uma turma de 16 mineiros que veio de Minas Gerais quem vai contar é o peão Moacyr Rodrigues, um exemplo do que houve com mais de mil operários (ibidem).

A reportagem traz grande destaque para as regiões de onde vinham os trabalhadores. Mas também para a atuação do processo de arregimentação de mão de obra em outras regiões com promessas diversas. E ainda relatam as promessas não cumpridas, demonstrando as formas de superexploração para trabalhadores de regiões mais distantes:

- Sou pedreiro profissional e os irmãos gatos (gato é como chamam o empreiteiro) me ofereceram emprego a Cr\$ 8,00 por hora. Mas não cumpriram, estou ganhou [sic] apenas Cr\$ 6,10. Lá falaram que o custo de vida aqui é mais barato, pura mentira. Disseram também que a viagem e as refeições do caminho seria de graça e agora estão descontando tudo.

- Éramos 15 da cidade do Quiririm⁵ dentro de um ônibus expresso. Também não disseram que aqui em Itaipu o regime é de campo de concentração, que peão apanha toda hora da guarda. Tem mais, a refeição custa Cr\$ 6,00 na firma, mas o gato vende pra nós por Cr\$ 16,00. Estão nos descontando Cr\$ 50,00 da capa, Cr\$ 35,00 da bota, Cr\$ 45,00 do colchão, Cr\$ 7,00 da caneca e colher, Cr\$ 16,00 do cobertor e outra s coisas que não lembro (ibidem).

A denúncia expressa a atuação dos “gatos”, ou funcionários de empreiteiras que arregimentavam mão de obra em outras localidades do país, e ao chegarem com os trabalhadores em Itaipu descontavam grande parte dos salários em insumos básicos que haviam sido prometidos ou constavam como direito do trabalhador caracteriza trabalho análogo à escravidão, uma modalidade laboral bastante discutida no Brasil e que desde a abolição da escravidão em 1888 se caracteriza como crime. Contra isso não há registros de atuação da segurança de Itaipu.

Há indícios de deslocamento de mão de obra em condições precárias, provocando adoecimento por condições insalubres e falta de equipamentos adequados, incluindo equipamento de proteção individual (EPI) como capas de chuvas e botas, ou mesmo o desconto para utilização de canecas e colheres na alimentação denuncia a gravidade da situação a que foram submetidos.

A reportagem realiza uma longa lista das subempreiteiras que estavam atuando na construção dos alojamentos e quais as condições que elas ofereciam. Ainda que minimize as condições, é evidente quando relatam pouca alimentação ou condições precárias de moradia. Ou seja: a ciência do que ocorria em Itaipu ultrapassava os limites das empreiteiras e subempreiteiras.

Depois do ocorrido, talvez para se precaver, a empresa registrou uma ocorrência diretamente a Itaipu. Em 30 de outubro de 1975, poucos meses após o assassinato de um operário, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A (CAL), subcontratada pelo consórcio UNICON, gerando o processo de quarteirização da força de trabalho em Itaipu, remeteu um documento à Itaipu com assunto “Ocorrência com Operário – (Comunica)” no qual relata:

Levamos ao conhecimento de V.S^a, que em data de 28/29/10/1975, por volta das 12:00 horas, aproximadamente, houve uma pequena desordem em nosso Canteiro de Obras” gerado por problemas de refeições.

Tudo iniciou-se quando um grupo de operários mais exaltados influenciou cerca de 35 (trinta e cinco), outros operários para que os mesmos não fizessem suas refeições normais em horário estabelecido pela empresa, gerando aí a desordem.

Como consequência, a Obra ficou praticamente parada pelo espaço de 03 (três), horas aproximadamente, sendo logo mais normalizada com a presença dos Srs. Gal [nome omitido] e Engº [nome omitido]⁶. (Adolpho Lindenberg, 30 out. 1975: 01) (Arquivo Nacional. Fundo da Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal).

⁵ Por duas vezes, Quiririm aparece na reportagem constando como município mineiro. No entanto, nas buscas realizadas pela rede mundial de computadores, não encontramos a cidade ou distrito como sendo de Minas Gerais, mas como distrito da cidade de Taubaté, interior de São Paulo, localizada no Vale do Paraíba.

⁶ As autoras optaram por omitir os nomes do General do setor de segurança de Itaipu e do Engenheiro.

O relato detalha a atuação de trabalhadores no interior do canteiro de obras, especialmente em relação às condições impostas pelas empreiteiras, subempreiteiras e mesmo pela Itaipu. É notável a ciência de todos neste processo. Salta aos olhos a comunicação direta de uma subempreiteira diretamente com Itaipu, demonstrando uma relação de quarteirização bastante precarizada dos trabalhadores, que se amotinaram no refeitório após fartas denúncias das condições de alimentação e moradia. Soma-se ao fato que a Binacional tinha informações bastante minuciosas.

Na sequência, a Coordenação de Segurança da Assessoria de Segurança da Itaipu encaminha um documento para a o Diretor da Divisão da Polícia Federal informando que:

Encaminho para conhecimento de V: S, cópia da Ficha de Registro de empregados dos operários da Empreiteira ADOLPHO LINDBERG, que foram encaminhados para a Polícia Civil; devido a irregularidades cometidas no interior do Canteiro de Obras da Vila Residencial.

Tais irregularidades constam no verso da referida ficha (Itaipu Binacional, 20 nov. 1975: 3).

Há uma lista de funcionários envolvidos no suposto protesto durante o almoço. E o encaminhamento de seis fichas de trabalhadores com anotações no verso. Constam nelas as informações: “Encaminhado para a Delegacia FI – abaixo assinado” (idem: 7) em três fichas. “Encaminhado a Polícia Federal. Em 18/11/75. Suspeita de liderança em movimento de massa” (idem: 13). Há ainda duas outras anotações. Numa, “Encaminhado para a Delegacia FI –Abaixo assinado. Obs: jogou mosca na comida para criar problemas” (idem: 15); e, por fim, “desaparecido da área” (5).

Os encaminhamentos foram para o sistema de segurança. O fato de se queixarem dos alimentos, reunindo 35 queixosos, deu a um dos trabalhadores a pecha de serem suspeitos de “liderança em movimento de massa”. Eram milhares de trabalhadores, 35 se queixam e a justificativa é “movimento de massa”, o que denota um sistema de atuação de criminalização e suspeição permanente contra trabalhadores, justificando a partir da “subversão”, “comunismo” e demais expressões da época, a montagem de um sistema persecutório que tinha como alvo primordial os trabalhadores. Parece que o modus operandi se complexifica, gerando o registro antecipadamente para evitar novas reportagens incômodas que levassem o problema para fora, e, concomitantemente, realizava-se o controle para evitar “insubordinações” contra as condições de trabalho desgastantes e adoecedoras.

4. Conclusões

Ao nos debruçarmos a pensar a intervenção de Itaipu sob a ótica dos deslocamentos, percebemos uma relação intrínseca entre deslocamentos endógenos e exógenos, todos promovidos aos interesses diretos e indiretos do capital, sejam eles as empresas colonizadoras, sejam a Itaipu e as empreiteiras que se “associaram” às obras.

Os dados aqui apresentados expressam nosso primeiro movimento de pensar este território sob a ótica do processo militarizado, que contou com a junção de forças de segurança da UNICON e de Itaipu, ao mesmo tempo que teve a atuação da FUNAI, INCRA e demais órgãos interessados diretamente em promover a expulsão ou entrada de mão de obra.

Pensar este território e as formas de atuação de Itaipu nos levou a conclusões de que tal projeto foi orquestrado e organizado muito antes das primeiras remoções e da chegada dos primeiros trabalhadores. Sem dúvidas, pensar o controle sistematizado de milhares de pessoas, seja no seu fazer de trabalho, seja na sua vida cotidiana nos leva a uma dimensão mais pormenorizada de como o projeto de Itaipu foi fundamental para o Estado brasileiro, e que levou o Paraguai a se submeter a esta economia que se alçava a voos internacionais mais organizados.

A militarização do canteiro de obras, das vilas, dos caminhos para Itaipu, bem como o controle sobre os povos originários e trabalhadores rurais nos mostra uma dimensão da Ditadura que até então não vislumbramos, mas que deita raízes no processo de modernização conservadora, arrastando milhares de pessoas a situações de violências distintas, mas bastante graves.

Há que se pensar Itaipu não apenas no componente da geração de energia, com uma memória única construída e apresentada pela empresa, mas especialmente a partir de um projeto que alocou o Estado brasileiro numa nova dimensão das regulações das forças internacionais do capital. Longe de uma conclusão, apresentamos especialmente inquietações que nos parecem essenciais para se pensar a relação capital X trabalho, mas especialmente como o Estado se organizou para atender as demandas do empresariado e deslocou populações, promoveu violências, atravessou a vida de milhares de pessoas que, sem sombra de dúvidas, guarda vitimados ainda incontáveis, e que possivelmente nunca serão apresentados de conjunto à sociedade.

Pensar este território também nos demanda pensar nas múltiplas formas de resistência, nas saídas que estes grupos sociais organizaram em pequena e grande escala para poderem resistir ao processo que sobre eles se colocou.

Bibliografía

- ACT/ SNI /17/OCT/1983, Situação do projeto de Assentamento Poty.
 Arquivo Nacional. Fundo da Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. Documento br_dfanbsb_zd_0_0_0038b_0008_d0004.pdf
 Asociación Yvy Paraná Rembe'ÝPE. 2021. *Deuda histórica de itaipu binacional lado paraguayo con el pueblo Ava Guarani paranaense*.
 Asunción: Rosa Luxemburgo.
 Bettiol, L. 2008. *Itaipu. Modelo avançado de cooperação internacional na bacia do Prata*. RJ: FGV.
 Blanc, J. 2021. *Antes do dilúvio. Itaipu e a história da ditadura no campo*. RJ: Garamond.
 Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)
 Carvalho, M. L. 2013. *Das terras dos índios a índios Sem Terras: o Estado e os guarani do Oco ý: violência, silêncio e luta*. Tese de Doutorado, USP.

- Correa, L. In. & Mendonça, S. 2006. *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF.
- Circular da Diretoria Jurídica. Instrução ao setor de Desapropriação; AJ/0003/79. 1/6/1979. R2110 0016. Paulo José Nogueira da Cunha. Itaipu Binacional
- Germani, G. 2003. *Expropriados de terra e água*. Canoas: Ed. ULBRA.
- Gramsci, A. 2001 Cadernos do cárcere. VI.4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Histórico de condições meteorológicas em 1979 em Foz do Iguaçu Paraná, Brasil. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/h/y/29508/1979/Condi%C3%A7%C3%B5es-meteorol%C3%B3gicas-hist%C3%B3ricas-durante-1979-em-Foz-do-Igua%C3%A7u-Paran%C3%A1-Brasil#Figures-Temperature>
- Info 73 de 16/6/1983 Situação do projeto de assentamento Poty (projeto Poty). ACT/ACE 4068/83
- Marx, Karl. A chamada acumulação primitiva. KARX, Karl. *O Capital: para a crítica da economia política*. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013.
- Matrix SA Engenharia. Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, 14/4/1980. Itaipu Binacional. R1889, 081
- Memo-I/AJ.COOR/075/80. São Paulo, 6/10/1980. Do Diretor Jurídico Adjunto para o Diretor Geral. Itaipu Binacional. 2110 F. 0534
- Mazzarollo, J. 2023. *A taipa da injustiça. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. Ed. Ver. E ampl. SP, Loyola.
- Mendes Junior, R. 2022. *A terra sem mal. Uma saga guarani*. RJ: EdUFRJ.
- Oliveira, O. 2022. *A desterritorialização do Tekoha Guarani no município de Foz do Iguaçu (PR) nas décadas de 190-1980*. Dissertação de Mestrado. UNILA.
- Sessi, V. 2015. “o povo do abismo”: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1987). Dissertação de Mestrado. UNIOESTE.
- _____. 2023. *A barragem de Itaipu e suas fendas políticas. Do estudo pioneiro de Octávio Marcondes Ferras ao projeto definitivo: a fronteira, os grupos políticos e as empresas que desenharam a forma definitiva da aragem (1962-1965)*. Tese de Doutorado. UNIOESTE.
- Silva, C. 2025. *Expropriados e resistentes. Estado, Itaipu e capital na Ditadura*. Passo Fundo: Acervus.
- Silva, J. 2024. “Estrutura repressiva da Itaipu: engrenagem de controle sobre a classe trabalhadora (1974-1987)”. In: Gonçalves et al. *Cartografias da violência contemporânea: dimensões de pesquisa*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Tavares, P. 2020. *Atlas do desterro Oco y-Jacutinga. Mapas & documentos da expropriação territorial e remoção forçada dos Avá Guarani de Oco y-Jacutinga, Oeste do Paraná (1940-1980)*. Brasília: EdUNB.
- Vainer, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional. Os desafios da fragmentação *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 9, núm. 1, mayo, 2007, pp. 9-23 <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951695002.pdf>